

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 08 de novembro de 2023 às 07h53*  
*Seleção de Notícias*

## Veja.com | BR

Patentes

<b>Indústria farmacêutica avança na ANS</b> .....	<b>3</b>
---	----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais | Direito de Imagem

<b>Comissão que revisa Código Civil vai avaliar inclusão de precedentes do STF e STJ</b> .....	<b>4</b>
--	----------

Propriedade Intelectual

<b>Opinião: Novo modelo de assessoramento para a advocacia pública</b> .....	<b>6</b>
--	----------

## Migalhas | BR

Patentes

<b>Documentário retrata evolução da PI no país durante os últimos 35 anos</b> .....	<b>9</b>
---	----------

Propriedade Intelectual

<b>MIGALHAS nº 5.722</b> .....	<b>11</b>
--------------------------------	-----------

AMANHECIDAS

## Indústria farmacêutica avança na ANS

### ÚLTIMAS NOTÍCIAS

A indústria farmacêutica tenta exercer cada vez mais peso dentro das decisões do poder público sobre o sistema de saúde brasileiro. A investida mais recente é a proposta da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), que quer incorporar um representante do setor à Câmara de Saúde Suplementar (Camss), um órgão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). E quer acesso facilitado: sem análise de impacto regulatório nem consulta pública. A agência, por sua vez, já abriu uma das portas: seu diretor-presidente, Paulo Roberto Rebello Filho,

votou a favor da dispensa da análise, mesmo sob protestos de outros diretores. Há sinais, no entanto, de que a consulta pública também pode ser dispensada.

O setor farmacêutico conta com um apoio estratégico para ocupar espaço na Camss: um de seus principais porta-vozes é justamente um ex-presidente da ANS, Leandro Fonseca - que hoje é membro do conselho e representante de assuntos corporativos da Novartis, um dos maiores conglomerados farmacêuticos do mundo.

## Comissão que revisa Código Civil vai avaliar inclusão de precedentes do STF e STJ

A comissão de juristas no Senado responsável por revisar o Código Civil vai avaliar a inclusão de entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Alguns dos temas são o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homoafetivos.

Ministro Luis Felipe Salomão preside a comissão

É o que aponta Luis Felipe Salomão, ministro do STJ, corregedor nacional de Justiça e presidente da comissão. "Nós vamos avaliar a inserção disso no texto pra tornar claro, e não só uma interpretação, esses novos avanços", disse ele em entrevista ao G1.

A comissão de juristas está em atividade desde setembro. São 30 integrantes, entre advogados, professores, magistrados, ex-magistrados, promotores, estudiosos do Direito e representantes da sociedade civil.

Eles analisam sugestões de juristas e entidades, projetos de lei e decisões tomadas pelas Cortes superiores depois da última atualização do Código Civil. Haverá uma votação interna para escolher os temas a serem alterados e incluídos. Em seguida, os membros vão redigir um texto em forma de PL e entregá-lo ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), até o fim do primeiro semestre do próximo ano.

De acordo com o Salomão, a sociedade e o "mundo presencial" mudaram muito nos últimos dez a 15 anos. Por isso existe a necessidade de adequação do Código Civil atual, que é de 2002 e tramitou por mais de 25 anos no Congresso antes de ficar pronto.

Na visão do magistrado, a internet e as transformações produzidas por ela não estão devidamente contempladas na versão de hoje. Esse é um dos motivos que apressam a revisão. "Nós tivemos uma extraordinária transformação, com a revolução das comunicações: a comunicação instantânea, o mundo da internet, a internet das coisas, da inteligência artificial, o avanço da tecnologia, tudo isso foi radicalmente alterado com o advento da internet e com essa ideia da comunicação instantânea", apontou ele.

O ministro disse que o novo Código pode avançar "direta ou indiretamente" até mesmo na discussão sobre regulação das redes sociais. Mas ele pretende adotar cautela no tratamento dessa questão, pois a ideia já tramita no Congresso no chamado PL das Fake News.

"Nós vamos avaliar se é o caso de se avançar no âmbito do Código Civil com esse tipo de regulação ou se vai ficar limitado à regulação de conteúdo ou ao **direito** de imagem e autoria intelectual. Tudo isso é regra do Direito Civil", assinalou.

Para o presidente da comissão, não há possibilidade de que a revisão do Código gere insegurança jurídica. "O que nós queremos é avançar na interpretação do código, mas calcados no que a jurisprudência já vem tratando e no que o avanço da sociedade já vem exigindo", explicou.

O corregedor nacional de Justiça também falou sobre a atuação dos juízes no país. Ele negou a existência de um ativismo judicial. Segundo o magistrado, os tribunais precisaram adotar uma postura diante de um "projeto de poder populista" e

Continuação: Comissão que revisa Código Civil vai avaliar inclusão de precedentes do STF e STJ

autoritário, identificado não só no Brasil recente.

Segundo Salomão, o Judiciário vira um alvo dessa linha de conduta. "Um debate sério sobre o papel do Supremo e do STJ dentro dessas mudanças é livre, é

democrático. O Parlamento pode fazer. Só não pode haver retaliações de lado a lado porque isso não faz bem para a democracia", concluiu.

## Opinião: Novo modelo de assessoramento para a advocacia pública

Por Rafael Carvalho de Fassio, Alessandra Obara Soares da Silva e Ines Maria Jorge dos Santos Coimbra

Inovar é o verbo do momento. Mesmo sem saber ao certo do que se trata, a inovação não sai da boca dos empresários dedicados e dos gestores públicos zelosos, todos bastante preocupados em não ficar para trás diante dos impactos que a tecnologia pode causar ao seu dia a dia. Se Schumpeter mostrou que a inovação é uma estratégia essencial à sobrevivência da firma no setor privado, os últimos anos têm mostrado que inovar se tornou imperativo também para o setor público. Cada vez mais o Estado incorpora produtos, serviços e processos inovadores à prestação de serviços públicos, e a pandemia deixou claro como os investimentos em ciência e tecnologia são essenciais em qualquer contexto.

Muito embora reconheça o protagonismo das empresas, a literatura é pródiga em destacar a importância do papel do Estado para que a inovação aconteça, contribuindo para criar as condições sistêmicas e institucionais para o advento do progresso científico e tecnológico. Esse cenário coloca um desafio adicional à advocacia pública, a quem cabe o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo. Afinal, a orientação jurídica em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) também exige lidar com novas ferramentas e, por isso, o objetivo deste texto é discutir a experiência da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) na estruturação de um modelo diferenciado de atuação consultiva para essa área.

A **Lei** de Inovação (Lei nº 10.973/2004) ocupa o centro de um marco legal transversal e multidisciplinar que, até pouco tempo atrás, era muito pouco explorado nas faculdades de Direito. Na época, a relativa escassez de estudos jurídicos sobre o tema

contribuía para que as várias possibilidades interpretativas, fruto da vagueza e da amplitude do próprio texto legal, provocassem muitas incertezas na sua aplicação. Esse cenário causava grande indefinição ao controle, que era exercido à moda de outros instrumentos de Direito Administrativo e sob a influência de outras legislações, especialmente da Lei nº 8.666/1993.

O Projeto de Lei nº 2.177/2011, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), buscou criar um "Código de Ciência, Tecnologia e Inovação", para reunir em um único diploma as principais normas sobre o tema no Brasil. Maria Paula Dallari Bucci e Diogo Coutinho ressaltam o caráter simbólico da figura do código, visto como "(...) resposta da comunidade científica a toda a área de controle (especialmente o Tribunal de Contas da União, a Advocacia Geral da União e a Controladoria Geral da União, englobados na expressão jocosa 'Sistema U')".

A existência de um código preservaria os institutos públicos de pesquisa do controle excessivo, pois "(...) a comunidade poderia dizer: 'agora temos a nossa lei!', 'não nos sujeitamos mais à sua Lei de Licitações'" [1]. Entretanto, a proposta deu lugar a uma estratégia de revisão pontual da legislação que resultou na Emenda Constitucional nº 85/2015 e na Lei nº 13.243/2016, responsável pela alteração da **Lei** de Inovação e diversas outras leis relacionadas ao ecossistema de CT&I.

Ines dos Santos Coimbra

Todavia, mesmo com a nova redação, o emprego dos instrumentos previstos na **Lei** de Inovação permaneceu abaixo do esperado. Vale citar o levantamento realizado por André Rauen, do Ipea, que revela de forma eloquente o uso quase inexpressivo da encomenda tecnológica entre 2010 e 2022. Ainda faltam dados estruturados sobre a aplicação do Mar-

Continuação: Opinião: Novo modelo de assessoramento para a advocacia pública

co legal de CT&I no Brasil, bem como sobre a frequência com que, efetivamente, tais acordos e contratos são julgados irregulares por órgãos de controle externo. Contudo, as evidências disponíveis até aqui convergem para o argumento de que o uso escasso desses instrumentos se deve, em grande parte, à indefinição sobre como os processos serão posteriormente analisados pelos órgãos de controle.

A advocacia pública tem um papel fundamental nesse contexto. Por isso, e na linha de outras iniciativas empreendidas por órgãos na esfera federal, como a AGU, a PGE-SP estruturou um modelo de assessoramento diferenciado para a área de CT&I, apostando na maior aproximação entre a advocacia pública e as instituições públicas de pesquisa, de forma a reduzir a insegurança jurídica.

O Toolkit do Marco Legal de CT&I, lançado no último dia 20 de setembro no Seminário de Compras Públicas organizado pelo Tribunal de Contas da União, em Brasília, é a peça central dessa estratégia. Elaborado pela PGE-SP com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do BrazilLab, o toolkit busca simplificar a aplicação da **Lei** de Inovação pelos gestores públicos. Para tanto, apresenta modelos para dez instrumentos jurídicos - Encomenda Tecnológica, Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI), Acordo de Parceria e para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), Convênio para PD&I, contratos de **transferência** de tecnologia e licenciamento de **propriedade** intelectual, contrato de prestação de serviços técnicos especializados, concursos de inovação e chamamento público para instalação de ambientes promotores de inovação - , além de uma cartilha de **propriedade** intelectual e uma lista de verificação que sistematiza os requisitos previstos na legislação federal e estadual de CT&I.

O toolkit foi publicado originalmente em março de 2021, a partir do diagnóstico de grave insegurança jurídica no uso da legislação de inovação. Para entender quais modelos seriam prioritários, a PGE-SP realizou, ao longo de um ano, o assessoramento jurídico personalizado das instituições públicas de pesquisa do estado de São Paulo. Nos últimos dois anos, mudanças legislativas importantes - especialmente a Nova Lei de Licitações e o Marco Legal de Startups - tornaram necessário atualizar e expandir o toolkit, que foi dobrado de seis documentos, em 2021, para 12, em 2023.

Baseados em exemplos reais e casos concretos, os modelos do toolkit foram elaborados de maneira colaborativa e validados por diversas instituições, públicas e privadas, incorporando sempre que possível recomendações extraídas das melhores práticas internacionais, para estimular a cooperação público-privada para a inovação no cenário brasileiro. O material foi revisado por mais de 50 especialistas e validado por meio de uma ampla consulta pública, com cerca de 140 contribuições. Além disso, os documentos incorporam recomendações e boas práticas internacionais, como as veiculadas pela alemã Koinno, a agência holandesa PIANOo e o toolkit desenvolvido pela Eafip (European Assistance for Innovation Procurement) na União Europeia.

O percurso percorrido pela PGE-SP também inclui iniciativas para o aumento de capacidades institucionais em CT&I, como a criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas em **Propriedade** Intelectual e Inovação em 2019, o qual deu origem a um Curso de Especialização em Direito Digital e Inovação, oferecido em 2022 na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - um dos primeiros do gênero em escolas de governo. Um ponto fun-

Continuação: Opinião: Novo modelo de assessoramento para a advocacia pública

damental desse novo modelo de assessoramento jurídico é a oferta de novas ferramentas de trabalho aos gestores públicos, já acostumados a receber da jurisprudência orientações do que não fazer, mas que têm diante de si poucos relatos de bons exemplos a seguir.

O Toolkit do Marco Legal de CT&I, portanto, não é uma linha de chegada, mas um novo ponto de partida

para ressignificar o papel que cabe à advocacia pública na orientação jurídica da área de CT&I.

Rafael Carvalho De Fássio  
Alessandra Obara Soares  
Da Silva

## Documentário retrata evolução da PI no país durante os últimos 35 anos

O valor das ideias Documentário retrata evolução da PI no país durante os últimos 35 anos Projeto é oferecido pelo escritório Gusmão & Labrunie - Propriedade Intelectual Da Redação terça-feira, 7 de novembro de 2023 Atualizado às 07:17 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Acontece hoje, em SP, o lançamento do documentário "O Valor das Ideias". O filme propõe-se a compor um panorama dos grandes marcos e principais questões envolvendo a Propriedade Intelectual no Brasil nos últimos 35 anos, com a redemocratização do país, o fenômeno da globalização, o desaparecimento das fronteiras e unificação do comércio em escala planetária.

Relatos leves e interessantes de especialistas no tema, com visões e vivências amplas, traçam um paralelo histórico, legal e político entre os avanços do Direito da **Propriedade** Intelectual e as vivências práticas de teses discutidas em Gusmão & Labrunie - **Propriedade** Intelectual nesses 35 anos do escritório. Retratos da intensa evolução e internacionalização da área, que a banca deixa como legado em inovação de audiovisual. O projeto é produzido e dirigido por Tadeu Jungle, roteirista e diretor de cinema, TV e Realidade Virtual como trajetória como artista multimídia, e Flavio Vieira, roteirista e escritor com mais de 20 anos de experiência em criação, roteiros de longa e curta-metragem, séries, documentários, propagandas e branded content.

Contado em quatro episódios, o documentário traz o surgimento da PI no Brasil como matéria de Direito e seus marcos evolutivos, aborda a globalização da economia, acordos e tratados internacionais de comércio, apresenta casos paradigmáticos e novas teses que mudaram o entendimento da matéria, e traça as perspectivas de futuro, a partir de novos desafios tecnológicos, como o impacto da inteligência artificial

nas criações.

Para o sócio Gusmão & Labrunie - Propriedade Intelectual, José Roberto Gusmão, o material de linguagem moderna, leve e agradável "servirá como uma ferramenta esclarecedora que pode ser divulgada nas universidades, nas associações de classe, aos novos profissionais e estagiários que vierem a trabalhar em nosso escritório. É um investimento na divulgação da matéria à qual nos dedicamos todos os dias."

E afinal, qual o valor de uma ideia? Para Mauricio de Sousa, criador da turma da Mônica, a ideia tem valor de um diamante. No documentário, ele explica que a ideia "é uma coisa valiosíssima, que você precisa lapidar." Mas como resguardar algo tão valioso e, ao mesmo tempo, tão efêmero, uma vez que uma boa ideia não vale de nada se ficar apenas na mente de seu criador.

Documentário 'O valor das ideias' é lançado em SP.(Imagem: Migalhas/Redação)

A **propriedade** intelectual protege todas as projeções da atividade humana, seja no campo da técnica, da ciência, da tecnologia e das artes. Ela incentiva inovações e cria condições favoráveis para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Para Jacques Labrunie, sócio de Gusmão & Labrunie - Propriedade Intelectual, a "Propriedade Intelectual que protege, justamente, as ideias e as criações, muda o cenário econômico global. As maiores empresas do mundo eram as empresas de produção industrial. Hoje as maiores empresas do mundo em faturamento são aquelas que estão baseadas em criações, elas não produzem produtos."

Mas para a PI chegar a sua realidade atual, no Brasil ela teve sua epifania durante a redemocratização,

Continuação: Documentário retrata evolução da PI no país durante os últimos 35 anos

quando aconteceram paralelamente as negociações da Rodada Uruguai, que viria a constituir a OMC e o grande momento da globalização. "Foi neste período que se deu a tensão entre a legislação brasileira e as novas exigências no curso das negociações", explica Rubens Ricúpero, embaixador e representante do país no Gatt, sempre atento às investidas protecionistas dos países industrializados.

De acordo com Gusmão, "a globalização trouxe a presença de uma competição internacional que não existia até então." "Isso exigiu dos países em desenvolvimento uma verdadeira revolução interna para poder se adaptar a padrões tão elevados", complementa a professora Maristela Basso.

Desta feita, em 1996 foi promulgada a lei **Propriedade** Intelectual, que passou a proteger as invenções de forma mais ampla, incluindo **fármacos**, **biotecnologia**, produtos químicos, entre outros.

Mas a modernização também trouxe outros desafios. Impulsionada pela internet, a sociedade passou a viver a era da informação. Indústrias como genética, robótica e informática ganharam maior relevância, modificando as relações sociais, culturais e comportamentais de diferentes mercados e setores. Quem pode responder a quem pertence, por exemplo, uma invenção criada por Inteligência Artificial?

"A tecnologia sempre desafiou a Propriedade Intelectual (imprensa, fotografia, internet), mas todas elas tornaram a cópia mais fácil e mais barata. O que a inteligência artificial faz hoje questiona um dogma fundamental, que é o criador como pessoa humana.", reflete a advogada Vanessa Ribeiro.

Para tal reflexão cabe também a regulamentação legislativa dessas novas criações. É papel do Direito equilibrar essas relações.

Para Daniel Arbix, diretor jurídico do Google, a regulação da inteligência artificial é extremamente necessária. "As tecnologias hoje que são usadas para aprendizado por máquina são transformadoras a ponto de ter um impacto social que precisa fazer parte de decisões públicas. Dito isso, ela precisa ser muito cuidadosa, porque é importante que as empresas possam ousar, inovar e façam isso com responsabilidade e com cautela."

E será que o juiz vai ser substituído pelo computador? Para o professor Tércio Ferraz Sampaio, não é impossível que daqui a 50 anos de fato o advogado lide com algoritmos e não mais o sopesamento e ponderação que marcam o exercício da judicatura.

Já a magistrada Maria Rita Rebello Pinho Dias, que atua fortemente nas inovações do judiciário, questiona: "Nós queremos uma verdade única?". Em sua visão, quando se tem vários juízes há uma ineficiência que é até constitucional. "A IA pode ser muito eficiente, mas você como, ser humano, ficaria satisfeito em saber que qualquer força, argumento ou angústia estaria submetida a uma verdade previamente estabelecida? Eu, como cidadã, não gostaria que tivesse uma única verdade absoluta ditando todas as possibilidades da minha vida".

Assista ao documentário completo:

## MIGALHAS nº 5.722

### AMANHECIDAS

Terça-Feira, 7 de novembro de 2023 - Migalhas nº 5.722.

Fechamento às 09h33.

"A Natureza só quer saber duma coisa: quem pode mais."

Monteiro Lobato

Apagão

Mais de 300 mil residências ainda estão às escuras após o forte temporal que assolou a capital paulista na última sexta-feira. Diante dos prejuízos, ouvimos especialistas para entender se os consumidores e empresários têm direito de buscar indenizações. ()

Prazos suspensos

Considerando a falta de energia elétrica e ausência de internet em vários pontos do Estado de SP, a Corte bandeirante suspendeu os prazos processuais de 1º e 2º graus, nos dias 6 e 7 de novembro.

Providências

O MP/SP anunciou que a Promotoria de Justiça do Consumidor da capital irá receber, hoje, representantes da Enel hoje para obter informações.

Questão de Direito

Na coluna de hoje, Teresa Arruda Alvim, Maria Lúcia Lins Conceição e Carolina Uzeda falam da famigerada litigância predatória e ressaltam o sério prejuízo à advocacia e ao acesso à Justiça. ()

Cobrança ilícita

Na última semana, ministro Marco Buzzi decidiu que prescrição de dívida impede a pretensão de cobrança

extrajudicial do débito. Decisão do ministro, que integra a 4ª turma do STJ, reforça recente decisão da 3ª turma sobre o tema, que era (ou é) controverso nas Cortes estaduais. ()

Advogado e escritório

Juíza do Trabalho de Piracicaba/SP negou vínculo de emprego entre advogado associado e escritório de advocacia. De acordo com a magistrada, o Supremo tem decidido de maneira reiterada pela validade do contrato de associação de advogado, reconhecendo, assim, "a constitucionalidade das relações de trabalho diversas da de emprego regidas pela CLT". ()

Honorários

Ministro Antonio Saldanha Palheiro considerou que o pagamento de honorários advocatícios por serviços não prestados constitui um ilícito civil e não está relacionado à área criminal. O entendimento do ministro se deu ao trancar ação penal contra advogado que recebeu R\$ 700 para ajuizar uma ação, mas não a executou. ()

Pejotização

Ministra Cármen cassou decisão que reconhecia o vínculo de emprego entre diretor de programas e o SBT. A relatora ponderou que em casos semelhantes, que também envolviam a questão da pejotização, a Corte já havia decidido da mesma forma. ()

E o Leão?

Sobre o caso acima, é preciso que a Receita Federal atue de acordo com o entendimento do STF. Com efeito, não pode o Fisco cobrar como se funcionário fosse (27%), e a Justiça entender que não há vínculo.

Grupo econômico

Pedido de vista de Alexandre de Moraes interrompeu julgamento virtual que analisava se empresa pode ser incluída na fase de execução da condenação trabalhista imposta a outra do mesmo grupo econômico, mesmo sem ter participado da fase de produção de provas e julgamento da ação. ()

## CC e as redes sociais

Ministro Luis Felipe Salomão, que preside a comissão de juristas encarregada de revisar o Código Civil, ressaltou a urgência de discutir a regulamentação das redes sociais. Em entrevista ao G1, o ministro destacou que o mundo em que o Código atual foi criado passou por transformações significativas, e a próxima versão do compêndio precisa se ajustar a essa nova realidade, incluindo a consideração da regulação das redes sociais. ()

## Morosidade

Juíza de Campinas determinou que o INSS conclua requerimento administrativo de revisão do benefício de aposentada. Segundo a magistrada, apesar das dificuldades atualmente enfrentadas pelo Instituto, "os beneficiários não podem arcar com os prejuízos decorrentes da demora nas decisões". ()

## Animosidade

Devido a conflitos evidentes entre os pais, o TJ/SP concedeu a guarda unilateral do filho à mãe, permitindo ao pai visitá-lo em dias pré-estabelecidos. Apesar de terem inicialmente concordado com a guarda compartilhada, o relator do caso considerou-a ineficaz devido à animosidade entre os pais. Ele ressaltou que a guarda compartilhada não é obrigatória, podendo ser concedida "sempre que possível" de acordo com o Código Civil. ()

## Ops!

3ª turma do STJ decidiu que a apresentação espontânea do comprovante do preparo recursal, após a

interposição da apelação e em valor insuficiente, não permite que seja declarada a deserção do recurso sem a prévia intimação da parte para sanar o erro. ()

## Cavernas

Ministro André Mendonça pediu vista e suspendeu julgamento virtual que analisava o decreto 10.935/22, que modifica as regras de exploração de cavernas no Brasil e permite a construção de empreendimentos. ()

## Você chegou ao seu destino, #SQN

Juiz de SC condenou o Estado e uma funerária, solidariamente, a indenizar mulher que teve o corpo do marido levado para velório errado em outra cidade. ()

## Racismo estrutural

Cliente negra barrada na saída de supermercado e revistada pelo segurança será indenizada. Para magistrado, "a questão racial, em contexto de racismo estrutural, efetivamente surge como móvel possível da conduta". ()

## Reembolso médico

Plano de saúde deve indenizar paciente em tratamento de câncer após negar reembolso integral de despesas. ()

## Saúde mental

Empresa foi condenada a reintegrar funcionário que se demitiu enquanto enfrentava uma grave depressão. ()

## Colunas

### Direito Privado no Common Law

Advogado Nelson Rosenvald trata da ordem exe-

cutiva de inteligência artificial como um significativo passo dos EUA na governança pública e gestão de riscos. ()

## Migalhas de Responsabilidade Civil

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Rodrigo de Almeida Távora falam do seguro-garantia e dos critérios para sua eficaz utilização como instrumento de gerenciamento de riscos em contratos de infraestrutura. ()

## Direitos Humanos em pauta

Advogada Amanda Amorim escreve sobre a população em situação de rua. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Migalhas de peso

- "STJ abole a prescrição tributária na prática", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "A organização criminosa e a associação criminosa", por Ricardo Henrique Araújo Pinheiro (Araújo Pinheiro Advocacia). ()

- "Candidato estrangeiro aprovado em concurso público pode ser nomeado?", por Agnaldo Bastos (Agnaldo Bastos Advocacia Especializada). ()

- "Biden emite ordem executiva para facilitar a emissão de green card e vistos para especialistas em inteligência artificial e outras áreas", por Mara Pessoni (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Marco legal das garantias. A mora do devedor impõe a consolidação da propriedade?", por Mauro Antônio Rocha (AD NOTARE - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral). ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## "O Valor das Ideias"

Acontece hoje, em SP, o lançamento do documentário "O Valor das Ideias". O filme promete oferecer uma visão abrangente dos principais marcos e questões que moldaram a Propriedade Intelectual no país ao longo dos últimos 35 anos. Relatos leves e interessantes de especialistas, com visões e vivências amplas, traçam um paralelo histórico, legal e político entre os avanços da matéria e as vivências práticas de teses discutidas em Gusmão & Labrunie - Propriedade Intelectual, contribuição que a banca deixa como legado em comemoração aos seus sete lustros. ()

## Imortal

No próximo dia 21/11, o ministro aposentado Sidnei Beneti, do STJ, toma posse na Academia Ri-beirãopretana de Letras. Foi eleito para ocupar a cadeira 34, que tem como patrono Graciliano Ramos, em sucessão ao acadêmico Fábio Leite Vichi.

## Oportunidade

Trench Rossi Watanabe anuncia o lançamento do novo programa de estágio: "Trench Academy". Inscrições até 1º/12, .

## Solidariedade

Demarest Advogados realiza até o dia 17/11 a 2ª edição do "Bazar D Wear", campanha de coleta de roupas sociais para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social. ()

## Baú migalheiro

Há 122 anos, em 7 de novembro de 1901, nasceu Cecília Meireles. Foi jornalista, pintora, poeta, escritora

e professora brasileira. É um nome canônico do modernismo, sendo a primeira mulher de grande expressão na literatura brasileira. Cecília possui mais de 50 obras publicadas. Aos 18 anos estreou na literatura com o livro "Espectros". (Compartilhe)

## Sorteio

A obra "(in)Comunicabilidade de Haveres Societários entre Companheiros" (Dialética - 160p.), de autoria de Bernardo José Drumond Gonçalves, do escritório Marcelo Tostes Advogados, tem o objetivo de analisar em que termos e condições pode vir a ocorrer, ou não, a comunicabilidade dos haveres societários entre companheiros. O livro é cortesia do autor. Participe do sorteio! ()

## Novidades

Hoje, às 16h, no IAB, acontece o lançamento da obra "Reflexões Penais Constitucionais" (Lumen Juris - 100p.), promovida pelo projeto "Saindo do Prelo". O lançamento terá transmissão pelo canal TVIAB no YouTube. ()

Dia 22/11, das 18h30 às 21h, na Biblioteca do Senado, acontece o lançamento do livro "Temas Relevantes no Direito Ambiental e Climático - Tomo I", coordenado por Alexandre Chini, Julliana Jarczun, Leandro Mello Frota e Maria Tereza Uille Gomes. O livro "Súmulas, Teses e Precedentes - Estudos em Homenagem a Roberto Rosas", coordenado pelo ministro Gilmar Mendes e pelo professor Victor Marcel Pinheiro, será lançado dia 23/11, das 18 às 20h, no STF. () Elaborado pelo Instituto Nelson Wilians, em parceria com o escritório Nelson Wilians Advogados, acaba de ser lançado o "Manual Antirracista do NWADV". O evento de lançamento contou com palestra da advogada Fayda Belo, especialista em crimes de gênero e Direito Antidiscriminatório. () Edgard Leite Advogados Associados divulgou a 8ª edição do "Informativo ELAA", trazendo temas de Direito Tributário e Direito Civil. () Vivacqua Advogados divulgou

"Informativo Semanal" com questões do STJ e TST. ()

## Migalhíssimas

Hoje, Welber Barral, do escritório Barral, Parente e Pinheiro Advogados, participa do painel "Tendencias de la integración regional", no evento "Tendencias actuales y perspectivas de la integración regional", organizado pela UBA Derecho, em Buenos Aires/Argentina. () Hoje, às 18h, Ana Tereza Basilio, da banca Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, participa do evento virtual "Quantificação do Dano Moral". Amanhã, às 11h, ela participa do "Treinamento Permanente em Direito e Processo Penal", com o tema "A atuação do advogado no Tribunal do Júri". () Gaia Silva Gaede Advogados realiza hoje, das 19 às 21h, em Curitiba, o evento "Oportunidades de Acesso ao Mercado de Capitais Europeu", com a participação dos sócios Ivan Hasse e Marcos Catão. O evento tem como foco as empresas que desejam explorar as diversas oportunidades de captação de recursos e expansão de negócios na Europa. O encontro acontece no Espaço Depósito (rua Santo Antônio, 660). Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá realiza amanhã, às 9h30, o encontro "III Café da manhã - **Mediação** com a Administração Pública", que acontece durante o "Alternative Dispute Resolution Week (ADRio Week)". Com o objetivo de abordar o processo de **mediação** com os membros da Administração Pública, o debate será no Edifício de Serviços do BNDES (av. República do Chile, 100, 20º andar, RJ). Informações por e-mail, . Dia 10/11, às 10h, acontece a reunião sobre "Seguros e Riscos Climáticos no Brasil", encontro conjunto da Cátedra de Contrato do Seguro da ANSP com o IASP, com a participação do coordenador Pedro Guilherme Gonçalves de Souza, sócio do escritório SABZ Advogados. () Osmar Paixão, da banca Paixão Côrtes e Advogados Associados, participa, como palestrante, em 15/12, do "Fórum Permanente de **Inovações** Tecnológicas no Direito", no RJ, tratando de "Provas Digitais". As inscrições para a tur-

ma 2024.1 da "Especialização em **Propriedade Intelectual** da PUC-Rio", coordenada por Pedro Marcos Nunes Barbosa desde 2008, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, podem ser feitas até 25/2. O curso, além da abordagem tradicional da **Propriedade Intelectual**, aborda temas atuais (). Informações e inscrições, . Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados e seus profissionais foram reconhecidos pelo "The Legal 500 Latin America 2024", segmento latino-americano do "Legal 500", na categoria "Compliance". Segundo a organização do ranking, o escritório tem se destacado na atuação com empresas de diversos setores em questões sensíveis relacionadas ao cumprimento de normas legais e regulatórias e na promoção da ética e da integridade das organizações. Henrique Mourão Advocacia foi incluído entre os escritórios líderes da área de solução de disputas de MG pela publicação "The Legal 500 (Legalease)", em seu novo guia "Latin America 2024". Além do escritório, a sócia Juliana Safar Teixeira Castanheira também foi incluída como profissional de destaque na prática na categoria "next generation Partner". Pelo segundo ano consecutivo, Fragata e Antunes Advogados foi premiado no "Ranking Top 100 Open Corps", organizado pela "100 Open Startups", que abrange 5.348 corporações, 908 agentes de ecossistema e 4.177 startups. O escritório concorreu com 449 corporações e ficou na posição "TOP 8" na categoria mais concorrida do ranking em 2023, a de Serviços Profissionais. Andrade Maia Advogados teve confirmada sua adesão aos "Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles - WEPS, na sigla em inglês)", iniciativa criada pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global das Nações Unidas. O escritório é o 7º no Brasil a aderir ao programa. () Rodrigo Dias de Pinho Gomes (Pine Data Officer) é nomeado como membro titular do Conselho Municipal de Proteção de Dados do município do Rio de Janeiro, cuja missão é auxiliar o Executivo municipal na adequação à LGPD.

## Tributação e gênero

FGV Direito SP promove, em sua sede, entre amanhã e dia 10/11, o "II Coniteg - Congresso Internacional de Tributação e Gênero". Inscreva-se! ()

## Debates legislativos

Entre amanhã e dia 10/11, nas dependências da UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto, acontece o "I Seminário Penal de Debates Legislativos", realizado pelo Instituto Eduardo Correia. ()

## Direito Civil

AASP promove, dia 9/11, às 19h, o curso "Provisões e contingências para advogados empresariais: a aplicação do CPC 25" (); e às 19h15, o curso "Ciclo de debates sobre a atualização do Código Civil: Direito das sucessões" (). Concorra às vagas-cortesia online.

## Retificação de imóveis

Dia 9/11, das 19 às 20h30, ADNOTARE - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral promove o evento online "O Georreferenciamento e Retificação de Imóveis Rurais". Participe! ()

## Mutirão previdenciário

OAB/SP, por meio de sua Comissão de Direito Previdenciário em parceria com a Procuradoria Regional Federal, realiza a 2ª edição do "Mutirão Previdenciário". A iniciativa permite que advogados de todo o Estado submetam seus casos de aposentadoria à análise do INSS com possibilidade de acordo. As inscrições podem ser feitas via preenchimento de formulário online até dia 20/11. ()

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

## Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

MG/Guaranésia

MG/Guarani

SP/Caiuá

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Israel's military has divided Gaza into two regions"

The Washington Post - EUA

"On stand in N.Y. fraud case, Trump lashes out"

Le Monde - França

"Loi sur l'immigration: la quête des voix de droite"

Corriere Della Sera - Itália

"Israele: Gaza City isolata"

Le Figaro - França

"L'UKraine das l'impasse après l'echec de la contre-offensive"

Clarín - Argentina

"Final apretado: a dos semanas del balotaje, leve ventaja de Milei"

El País - Espanha

"El asedio israelí a Gaza causa 10.000 muertos en un mes"

Público - Portugal

"TC prepara-se para validar lei que criminaliza maus tratos a animais"

Die Welt - Alemanha

"Teilung Gazas läutet neue Phase der Offensive ein"

The Guardian - Inglaterra

"Gaza's despair: 'Everyone is just concentrating on survival'"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Pressão cresce e Estados cobram mudança às vésperas de votação"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Tributária deve premiar estado que arrecadar mais"

O Globo - Rio de Janeiro

"Lira e Pacheco defendem meta de déficit zero em 2024"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Guerra do crédito divide o mercado"

Correio Braziliense - Brasília

"Presidente do BRB terá de abrir contas a deputados distritais"

Zero Hora - Porto Alegre

Continuação: MIGALHAS nº 5.722

"Com ajustes do relator, reforma tributária enfrenta prova de fogo" para votação em Plenário"

O Povo - Ceará

"Obras do ITA Ceará começam no próximo semestre, diz ministro"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Reforma tributária chega à CCJ com data marcada"

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3, 9

**Entidades**

3

**Direitos Autorais | Direito de Imagem**

4

**Propriedade Intelectual**

6, 9, 11

**Inovação**

6, 9, 11

**Arbitragem e Mediação**

11